



CAPITAIS INTANGÍVEIS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: Algumas Considerações Preliminares

Autores:

Vilmar Nogueira Duarte - UNIOESTE - vilmareconomics@gmail.com

Mirian Beatriz Schneider - UNIOESTE - mirian-braun@hotmail.com

Resumo:

Este artigo discute a importância dos capitais intangíveis no processo de desenvolvimento territorial. Apresenta, em linhas gerais, um escopo sobre a noção de desenvolvimento territorial, destacando a estreita relação entre os capitais intangíveis: capital institucional, capital humano, capital cívico, capital social e capital sinérgico com o desenvolvimento econômico dos territórios. Finalizando, o texto aponta que esses capitais são decisivos no processo de desenvolvimento sustentável, como elementos de origem endógena, ou seja, procedentes do interior do próprio território.

CAPITAIS INTANGÍVEIS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: Algumas Considerações Preliminares

RESUMO

Este artigo discute a importância dos capitais intangíveis no processo de desenvolvimento territorial. Apresenta, em linhas gerais, um escopo sobre a noção de desenvolvimento territorial, destacando a estreita relação entre os capitais intangíveis: capital institucional, capital humano, capital cívico, capital social e capital sinérgico com o desenvolvimento econômico dos territórios. Finalizando, o texto aponta que esses capitais são decisivos no processo de desenvolvimento sustentável, como elementos de origem endógena, ou seja, procedentes do interior do próprio território.

Palavras-chave: dinâmica territorial; desenvolvimento endógeno; sustentabilidade.

INTANGIBLE CAPITALS AND TERRITORIAL DEVELOPMENT: Some Preliminary Considerations

ABSTRACT

This article discusses the importance of intangible capital in the territorial development process. It broadly outlines a notion of territorial development, highlighting the close relationship between intangible capitals: institutional capital, human capital, civic capital, social capital and synergetic capital with the economic development of the territories. Finally, the text points out that these capitals are decisive in the process of sustainable development, as elements of endogenous origin, that is, from within the territory itself.

Keywords: territorial dynamics; endogenous development; sustainability.

INTRODUÇÃO

As questões territoriais cada vez mais têm sido tema de debates tanto no meio acadêmico quanto nas instâncias políticas. Transformações políticas, econômicas, sociais e ambientais cada vez mais têm sido importante para a competitividade dos territórios. Na esfera acadêmica a preocupação tem sido com o desenvolvimento de estudos que mostrem diagnósticos mais precisos da realidade socioeconômica destes espaços. Da mesma forma,

nas instâncias políticas, as ações têm sido direcionadas para a adoção de políticas que de fato contribuam para o desenvolvimento econômico e social dos territórios e regiões.

Neste contexto, as modernas teorias do desenvolvimento têm incorporado novas concepções analíticas com o objetivo de explicar a razão pela qual alguns territórios ou regiões crescem e se desenvolvem mais rapidamente do que outros. Por esse motivo é que as novas abordagens vêm incorporando métodos que contemplem, além dos capitais tangíveis (instalações, maquinários, recursos naturais e outros), os capitais intangíveis nas análises, buscando explicar as persistentes desigualdades regionais que se observam. Capitais estes entendidos como sendo um conjunto de valores e atitudes que conduzem a um processo de desenvolvimento econômico-social mais consistente e duradouro (de longo prazo) nos espaços territoriais.

A importância dessa discussão reside no fato de poder entender a relação entre capitais intangíveis e desenvolvimento territorial. Dessa forma, pretende-se refletir sobre os seguintes questionamentos: territórios com presença desses capitais tendem a ser mais desenvolvidos que aqueles que não o têm? A presença de capitais intangíveis contribui de fato para o desenvolvimento sustentável e duradouro das regiões? Estes capitais podem ser utilizados como parâmetros para avaliar o desenvolvimento socioeconômico de um território ou região?

Neste sentido, este estudo objetivou fazer uma revisão da literatura que trata dos capitais intangíveis, quais sejam: capital institucional, capital humano, capital cívico, capital social e capital sinérgico, discutindo a importância desses capitais no processo de desenvolvimento territorial.

O artigo está dividido em seis seções. Além dessa introdutória, o tópico seguinte apresenta uma breve descrição da noção de território e de desenvolvimento territorial de modo geral. A terceira seção destaca os procedimentos metodológicos utilizados no estudo; enquanto que a seção seguinte apresenta as diferentes formas de capitais intangíveis presentes na literatura. Na quinta seção são discutidas as relações entre esses capitais e o processo de desenvolvimento propriamente dito. Por fim, a sexta seção é reservada às considerações finais.

NOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Faz-se necessário traçar algumas considerações sobre a noção de território expressa na literatura. Essa noção pode ser entendida como sendo a extensão do espaço efetivamente apropriado e usado (SANTOS; SILVEIRA, 2001). Porém, Silveira (2017) ressalta que a ideia de território é uma construção histórica que congrega diferentes significados, designações e aplicações na história da ciência. Para o autor, no contexto das ciências humanas e sociais, essa noção assume igualmente diferentes concepções.

Em uma primeira designação, mais voltada ao enfoque tradicional, a noção de território assume um conteúdo jurídico que é resultado da relação entre espaço e política, designado àquela porção do espaço geográfico, que corresponde aos limites políticos administrativos de suas unidades administrativas constitutivas, como é o caso dos estados, das regiões e dos municípios (SILVEIRA, 2017). Aqui o Estado é quem define os lugares, pois há uma subordinação do território ao Estado. O território é entendido como sendo a base, o

fundamento do Estado-Nação que, ao mesmo tempo, o molda (SANTOS; SOUZA; SILVEIRA, 1998).

Em uma segunda e mais ampla designação, o autor ressalta que a noção de território está relacionada a uma dada parcela do espaço geográfico (independente da escala espacial), no qual ocorrem as mais diversas relações sociais e de poder, que são estabelecidas pelo processo histórico de reprodução social. Nessa Perspectiva, o território é entendido como sendo um espaço de múltiplas relações de poder, que envolve desde relações econômicas e políticas, até aquelas de cunho mais simbólico e subjetivo, como as relações culturais e da identidade (SILVEIRA, 2017).

Em uma terceira designação, o autor argumenta que a noção de território é vista sob a perspectiva de seus usos. Nessas circunstâncias, os territórios constituídos sobre um espaço geográfico qualquer expressam estruturas específicas que são características da daquela sociedade, incluindo desde as formas de divisão e de gestão até a forma de organização daquele espaço (BRUNET, 2003). Também revelam suas formas de apropriação desses espaços por meio dos diferentes usos, sendo que seu uso é que deve ser o foco da análise social. Daí surge a acepção de espaço banal, isto é, o território de todos, em que recursos internacionais são disponibilizados aos países para permitir que as redes se estabeleçam a serviço do grande capital, que é quem produz, comanda, disciplina, normatiza e racionaliza essas redes (SANTOS; SOUZA; SILVEIRA, 1998).

A noção de território tem se espalhado mundo a fora por explicar, de forma mais abrangente, todo o processo de evolução socioeconômica das regiões. Isso ocorre porque se trata de uma definição que abrange todas as acepções do desenvolvimento, envolvendo desde transformações de ordem econômica, social e humana, até aquelas que dizem respeito à questão da sustentabilidade. É importante salientar, que na análise da dinâmica territorial podem ser incluídos ainda aspectos como costumes, traços culturais, normas, formas de cooperação, entre outros (DRUCIANKI, 2017).

No campo de estudo do desenvolvimento regional, a noção de território é de suma importância para que se possa compreender os diversos modos e processos históricos de territorialização (SILVEIRA, 2017). Todavia, o desenvolvimento territorial pode ser entendido como sendo um processo por meio do qual a geografia dos territórios habitados pelas sociedades humanas é progressivamente transformada. Nesse contexto, se insere os componentes de ordem física (infraestrutura, paisagens rurais e urbanas, entre outras) e também o padrão de povoamento, ou seja, a distribuição geográfica da população e das atividades humanas, particularmente a dimensão das cidades e as relações que estabelecem entre as mesmas (PIERUCCINI; CORRÊA, 2017).

Trata-se de um conceito abrangente, o qual é utilizado também como objetivo de políticas públicas (políticas de desenvolvimento territorial). Por ser abrangente inclui, além do crescimento econômico das respectivas regiões, aspectos inteiramente relacionados à sua sustentabilidade. O que significa dizer que o desenvolvimento territorial abrange, assim, uma dimensão fortemente qualitativa, na qual a presença do Estado por meio de políticas públicas é fundamental.

Todavia, o conceito de desenvolvimento territorial deve contemplar uma perspectiva de longo prazo, ou seja, incorporar a abordagem da sustentabilidade na estratégia de desenvolvimento, com a presença de quatro dimensões de sustentação, a saber: econômica,

social, ambiental e institucional (MIKHAILOVA, 2004; DALLABRIDA; FERNÁNDEZ, 2007; DRUCIAKI, 2017).

Quanto à sustentabilidade econômica, é importante ressaltar que os territórios precisam de investimentos, reinvestimentos e acumulação de capital para manter ao longo do tempo sua capacidade de geração de emprego, renda e oportunidades. Dessa forma, é estimulada a presença de novos investimentos e reinvestimentos no território, assegurando a sua dinâmica econômica. Para Ferrera de Lima (2017), em alguns casos esse papel cabe aos empresários locais, que vendo a possibilidade lucros mobilizam recursos e desenvolvem ações que resultam em novos negócios e oportunidades de emprego e renda. Em outros casos, cabe às associações, cooperativas, movimentos sociais e outros, a incumbência de estimular o surgimento dessas oportunidades, promovendo a expansão e o fortalecimento das economias regionais.

No que tange à sustentabilidade social dos territórios, esta reflete a cooperação entre os atores cujos objetivos são comuns. Além disso, é o alicerce sobre o qual são fortalecidas as relações de confiança, solidariedade e cooperação, ampliando as redes de relações internas e externas ao território. Da mesma forma, o sustentáculo social reflete ainda a acumulação de recursos reais e potenciais, oriundos especificamente da rede de relacionamento constituída por um conjunto de agentes que formam uma unidade social e que contribuem decisivamente para o desenvolvimento do território (DALLABRIDA; FERNÁNDEZ, 2007; RAIHER, 2017).

Em relação à sustentabilidade ambiental, esta se refere ao planejamento de longo prazo, embasado por princípios das correntes ambientalistas, no que diz respeito ao uso do solo, da água, transportes, habitação, ar, florestas, zonas húmidas, espécies e habitats em risco, ecossistemas, zonas inundáveis, zonas costeiras e outros, ou seja, envolve a economia dos recursos naturais e a economia do meio ambiente. Refere-se a uma forma de planejar o desenvolvimento econômico dos territórios buscando atender as necessidades presentes da população sem comprometer a sobrevivência das gerações futuras. A sustentabilidade aqui está relacionada à capacidade de se sustentar e de se manter, ou seja, é a forma de explorar os recursos naturais de maneira sustentável e sem agredir o meio ambiente (MIKHAILOVA, 2004).

Por sua vez, o sustentáculo institucional diz respeito a um conjunto de normas e valores que é representado pelas instituições. Estas instituições podem ser representadas por organizações governamentais, tais como: SEBRAE, SENAI, associações empresariais, instituições financeiras, ONGs, agências de desenvolvimento, escolas técnicas, universidades e outras (DALLABRIDA; FERNÁNDEZ, 2007), que definem a “regra do jogo” e funcionam como normas que regulam a tomada de decisões, exercendo influência sobre os objetivos e interesses dos atores sociais. O que significa, em outros termos, que as instituições são responsáveis pela modelagem das políticas, enquanto que as normas moldam a identidade, a estratégia e o poder dos atores no território (DRUCIAKI, 2017).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho foi realizado por meio de uma revisão de literatura sobre desenvolvimento socioeconômico dos territórios e regiões, em especial, daquela que trata

da importância dos capitais intangíveis no processo de desenvolvimento. Para tal foram realizadas consultas em livros e artigos que tratam da questão do desenvolvimento territorial e regional e também em referências que traduzem a estreita relação entre capitais intangíveis e desenvolvimento econômico. Utilizou-se tanto de material impresso quanto de publicações em plataformas digitais.

A literatura utilizada tem origem nos estudos de Putnam (1993), em pesquisas realizadas na Itália nas décadas de 1970 e 1980, e de Coleman (1990), que identificaram o capital social como uma força que exerce efeito sobre a produtividade de uma sociedade. A partir de então, vários autores contemporâneos, como Boisier (2000), Dallabrida (2006), Dallabrida e Fernández (2007), Haddad (2009), Druciaki (2017), Raiher (2017), entre outros, passaram a investigar o papel dos capitais intangíveis no processo de desenvolvimento econômico das regiões ou territórios. Para estes autores, as relações de confiança, cooperação, interação, ações comunitárias, associativismo, valores, crenças, entre outros, tanto quanto o capital físico são elementos que influenciam no desenvolvimento local e regional, e por isso fundamentam as discussões deste trabalho.

Primeiramente, discorreu-se sobre as teorias do desenvolvimento territorial por meio de uma descrição sucinta da essência dessas teorias. Em seguida, dissertou-se sobre as diferentes formas de capitais intangíveis, quais sejam: capital institucional, capital humano, capital cívico, capital social e capital sinérgico (BOISIER, 2000), destacando a importância de cada um desses capitais no processo de desenvolvimento territorial. Por fim, são tecidas algumas considerações sobre o contexto geral do trabalho, bem como as dificuldades e limitações enfrentadas pelos pesquisadores em estudos desta natureza.

AS DIFERENTES FORMAS DE CAPITAIS INTANGÍVEIS

Por intangível entende-se algo que não pode ser tocado porque não possui corpo físico. Logo, fazem parte desse conjunto aqueles ativos diretamente relacionados às descobertas, práticas organizacionais e recursos humanos (BARUCH, 2000). Boisier (2000) construiu uma abordagem em que relaciona como intangíveis as seguintes formas de capitais: capital institucional, capital humano, capital cívico, capital social e capital sinérgico.

Como capital institucional entende-se a presença e interação das instituições e organizações públicas e privadas regionais, constituído pela administração pública municipal, representações locais, sindicatos, associações comerciais, indústrias e instituições de ensino. A sustentação desse capital apoia-se na cooperação entre os atores institucional e os atores socioeconômicos locais, o que significa que quanto maior o nível de cooperação entre esses atores maior tende a ser a densidade do capital institucional (BOISIER, 2000; ANDRADE, 2015).

Quanto ao capital humano, este se refere ao estoque de conhecimento e habilidades que os indivíduos residentes em uma determinada região possuem, bem como a capacidade destes para exercê-las. O objetivo desse capital é aumentar o lucro das organizações por meio de pessoas qualificadas. A presença de capital humano em uma região ou território é vista como um elemento estratégico para o seu desenvolvimento, e sua qualidade está relacionada às capacidades que o indivíduo desenvolve ao longo de sua vida, o que impacta

diretamente na produtividade profissional (BOISIER, 2000; GRIEBELER, 2017; ANDRADE, 2015).

O capital cívico refere-se essencialmente às práticas democráticas, de confiança nas instituições, de preocupação das pessoas com os assuntos públicos, de associatividade entre as esferas públicas e privadas, de envolvimento das pessoas com assuntos de sua comunidade e de interesse geral (BOISIER, 2000; ANDRADE, 2015). O civismo tem a ver com o interesse pelas causas do território ou região onde o indivíduo reside, e neste caso não se limitam apenas as questões de ordem política, mas também àquelas que dizem respeito ao bem-estar do conjunto da população.

Em relação ao capital social, sua definição está associada a um conjunto de fatores de natureza cultural, como confiança, cooperação e ações comunitárias de interesse comum (BOISIER, 2000). Refere-se a “um ativo coletivo de grupos inseridos numa estrutura social. Trata-se de valores e crenças que os cidadãos compartilham, expressando socialização e consenso normativo” (WILLERS, 2016, p. 153). É uma energia que permite entender o porquê que certas localidades parecem estar ativas enquanto outras parecem estar estagnadas (ANDRADE, 2015). Sendo assim, percebe-se que o capital social tem importância significativa na estratégia de desenvolvimento, uma vez que seu elevado índice pode ter efeitos positivos no desenvolvimento socioeconômico dos territórios (PIACENTI, 2016).

O capital sinérgico, por conseguinte, se refere à capacidade real ou latente da comunidade para articular seus diversos tipos de capital intangível. Esse capital se traduz na capacidade social de realizar ações em conjunto em prol do desenvolvimento do território (BOISIER, 2000). Em outras palavras, “o capital sinérgico é um estoque de magnitude determinada em qualquer território e tempo, que pode receber fluxos de energia que aumentam este estoque e do qual fluem outros fluxos de energia dirigidos a articular outras várias formas de capital” (BOISIER, 2006, p. 187). Ou seja, esse capital está intrinsecamente vinculado aos demais tipos de capitais intangíveis e deriva da noção expressa na definição de sinergia.

CAPITAIS INTANGÍVEIS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

A noção de desenvolvimento territorial é abrangente pelo fato de não levar em consideração apenas fatores puramente econômicos, mas também por contemplar a dimensão intangível, que se refere à capacidade dos atores sociais de se organizarem a fim de proporem ações coletivas de seu próprio interesse (DALLABRIDA; FERNÁNDEZ, 2007). Assim, o desenvolvimento territorial passa ser entendido com sendo um processo de mudança estrutural deflagrado pela sociedade organizada, cuja capacidade de cooperação e interação pode influenciar no dinamismo do território, melhorando a qualidade de vida de sua população.

Mas como os capitais intangíveis interferem no desenvolvimento dos territórios? Willers (2016, p. 126) ressalta que “O desenvolvimento econômico é fruto da sociedade local, que manifesta uma energia capaz de canalizar, de forma convergente, forças que estavam latentes ou dispersas”. Para a autora, as políticas de desenvolvimento devem expressar as prioridades levantadas pelos grupos sociais ali presente, que conscientes de

seus problemas se empenham para resolvê-los. De acordo com Boisier (1992), essa capacidade de mobilização social do território é o fator endógeno (intangível) capaz de transformar o crescimento em desenvolvimento, que articulado por uma cultura regional e por um projeto político local atende seus interesses.

Sendo assim, discutir a importância da presença de capitais intangíveis no território é fundamental para entender a dinâmica do processo de desenvolvimento. A hipótese que se coloca em discussão é a seguinte: parece razoável supor que regiões com o mesmo nível de capital físico (instalações, maquinarias, recursos naturais e outros) cresçam e se desenvolvam mais rapidamente que outras devido à maior presença de capitais intangíveis. Dessa forma, seria razoável supor também que as desigualdades regionais poderiam ser explicadas (em certa medida) pela maior disponibilidade desses capitais, ou seja, pela sua concentração no espaço.

CAPITAL INSTITUCIONAL E DESENVOLVIMENTO

O capital institucional pode ser entendido como sendo a presença de instituições e organizações no território. A presença de organizações públicas e privadas consolidadas é um ingrediente importante para a sustentação do processo de desenvolvimento territorial. Para Druciaki (2017), estas instituições funcionam como normas que norteiam a tomada de decisões, exercendo influência sobre os objetivos e interesses dos atores sociais, facilitando ações coordenadas de cooperação e confiança com objetivos comuns. Andrade (2015) ressalta que a sustentação do capital institucional está apoiada na intensidade da integração entre os atores institucionais e os atores socioeconômicos locais.

De acordo com Druciaki (2017), as instituições que integram um recorte territorial servem como parâmetro para quantificar o estoque e o potencial de capital institucional de determinado espaço, ou seja, quanto maior o número de entidades, a tendência é que haja maior robustez no capital institucional, beneficiando a implementação de ações em prol do desenvolvimento territorial. Porém, o autor pondera que a falta de comprometimento por parte de alguns atores pode comprometer o processo de desenvolvimento devido à falta de unidade entre os envolvidos.

Entre os elementos que definem o tecido institucional pode-se citar: a cooperação institucional e organizacional (convergência de objetivos entre as entidades parceiras, gestão de conflitos existentes, estabilidade das parcerias ou a sua evolução, etc.), sustentabilidade do capital institucional (número de entidades parceiras na estratégia de desenvolvimento territorial, grau de comprometimento das entidades parceiras, participação das entidades territoriais, etc.) e o comprometimento e a sustentação de parcerias (participação nas reuniões, comprometimento com ações da estratégia, cumprimento das responsabilidades assumidas, etc.) (ROCHA, 2010).

Todavia, é bom ressaltar que a noção de capital institucional tem relação com a noção de densidade do tecido organizacional do território, densidade esta que tem origem nas relações entre as organizações que ali existem. Segundo Boisier (1999), trata-se de uma noção que tem a ver com atributos de ordem estrutural, que devem estar incorporados às instituições, como é o caso da capacidade para tomar decisões rápidas, flexibilidade organizacional, capacidade para realizar acordos, entre outros. Druciaki (2017) pondera que

a convergência de objetivos entre as instituições também deve ser levado em conta no processo de desenvolvimento territorial, uma vez que isso pode ser facilitado pelo grau de proximidade e similaridade entre as organizações presentes na região. Por outro lado, tudo pode se tornar mais difícil quando os objetivos são distintos, o que pode inviabilizar a realizações de ações de interesse comum.

Dallabrida e Fernández (2007) assinalam que a densidade institucional de um território leva em conta a existência de dois elementos importantes: por um lado, uma forte presença de instituições formais, entre as quais se enquadram as representações governamentais como: SEBRAE, SENAI, associações empresariais, instituições financeiras, ONGs, agências de desenvolvimento, universidades, instituições tecnológicas, centros de serviços, escolas técnicas, entre outras; por outro lado, o desenvolvimento de formas cooperativas entre esse conjunto de atores, visando desenvolver um padrão de coalizão que de fato represente os interesses locais.

Para os autores, as ações de cooperação resultantes da presença de um tecido institucional denso e coeso no território contribuem para o atingimento de objetivos, tais como: capacitação dos atores empresariais e institucionais, desenvolvimento e aquisição de tecnologias modernas, difusão de novas formas de produção e/ou comercialização, bem como o compartilhamento de padrões mínimos de qualidade na produção local, além de outros aspectos. A cooperação territorial, nesse caso, frisam os autores, deve atuar como fundamento de geração e solidificação de redes e o desenvolvimento de governança, o que é resultado de aprendizados coletivos adquiridos ao longo do tempo no interior do território.

É importante esclarecer, que o capital institucional não se refere apenas ao número e ao tamanho das instituições e das organizações envolvidas. Refere-se, principalmente, ao tipo de relação que se estabelece entre elas, ou seja, à densidade do tecido organizacional e institucional, a qual é originada de suas próprias relações, mais do que pelo seu número e tamanho (ROCHA, 2010). Os órgãos responsáveis pelo treinamento e qualificação de pessoal desempenham um papel de fundamental importância nesse processo, uma vez que são prestadores de serviços de apoio à comunidade empresarial. Dessa forma, quanto maior o número de entidades envolvidas na cooperação, maior a possibilidade de existência de um capital institucional robusto no território.

CAPITAL HUMANO E DESENVOLVIMENTO

Esse tipo de capital está diretamente associado ao indivíduo. Seu nível educacional, sua capacitação, sua experiência, a alimentação, a saúde, o ambiente familiar e cultural e suas características sociais, formam o capital humano de um indivíduo. Diz respeito às suas habilidades adquiridas pela convivência em um ambiente favorável ao seu próprio desenvolvimento (RAIHER, 2017).

A concepção básica da teoria do capital humano mostra que um trabalhador mais qualificado, principalmente através de maior nível educacional, melhora sua produtividade, colocando-o em outro patamar econômico com salário mais elevado, aumentando suas possibilidades de melhoria de qualidade de vida. Neste sentido, maiores investimentos em capital humano tendem a gerar, no longo prazo, bem estar não apenas para a massa trabalhadora, mas também para a sociedade como um todo (DRUCIAKI, 2017).

Como se percebe, o investimento em capital humano se apresenta como uma ferramenta indispensável para o desenvolvimento do território, e nesse contexto, a presença de centros de pesquisa e de universidades com pesquisadores qualificados pode mudar o patamar de desenvolvimento de seu espaço de abrangência. O fato de poder captar recursos para pesquisa, bem como para qualificar novos profissionais para a pesquisa e para o mercado se apresenta como um diferencial que sustenta o processo de desenvolvimento no longo prazo.

Além disso, é de extrema importância o papel desempenhado pelas instituições formadoras de mão-de-obra qualificada, como as escolas técnicas, Senai e outros. Aqui deve ser considerado tanto o conhecimento formal quanto o informal, ou seja, aquele adquirido com a experiência profissional, pois o trabalhador que faz a parte complexa de acabamento de um prédio aprende com sua experiência acumulada ao longo do tempo e não nas dependências de uma sala de aula e, nem por isso deixa de ser um trabalho altamente qualificado. Cassiolatto (1999) ressalta que o processo de criação e difusão de conhecimento passa também pelas atividades rotineiras, onde o processo de aprendizado está diretamente ligado às práticas cotidianas.

Haddad (2009) ressalta que o capital humano e as habilidades de um país ou região influenciam no seu crescimento e no seu desenvolvimento sustentado. Pondera ainda que as empresas tendem a subinvestir em Pesquisa e Desenvolvimento, uma vez que os resultados são parcialmente apropriados por elas, cabendo aos governos nacionais e regionais o papel de corrigir esta falha de mercado. Além disso, é importante lembrar que o capital humano é elemento central no processo de inovação, componente considerado essencial para a geração de vantagem competitiva para uma região.

Essa inovação só ocorre com a presença de capital humano qualificado. Sua inclusão como fator de produção no processo produtivo eleva a produtividade do trabalho, aumenta a produção e o desenvolvimento da região. Os modelos de crescimento endógeno passaram a considerar o capital humano na função de produção, essa função cresce à medida que aumenta a escolaridade da população, causando efeito positivo na taxa de progresso técnico do território. Assim, quanto mais capital humano qualificado dispuser uma região mais desenvolvida esta tenderá a ser, pois de nada adianta um grande volume de capital físico, sem a presença de pessoas capazes de operar eficientemente o capital físico disponível.

Diante do exposto, faz-se necessário reconhecer que não é a quantidade de capital humano que exerce efeito no dinamismo socioeconômico do território, mas sim alterações constantes na sua qualidade (RAIHER, 2017). Essa melhoria de patamar de qualidade desses capitais e, conseqüentemente, dos serviços prestados por indivíduos mais qualificados se apresenta como sendo uma das mais eficientes estratégias de distribuição de renda que um país ou região pode experimentar, uma vez que possibilita empregos dignos de maior prestígio aos trabalhadores, aumentando sua autoestima e elevando o potencial de desenvolvimento de seu habitat.

Em resumo, a presença de capital humano qualificado é de extrema importância para os territórios, notadamente em todos os setores da economia, desde o setor agrícola, passando pela indústria e o comércio e serviços. Assim, os trabalhadores com boa formação e mais experientes em determinadas atividades representam um capital humano indispensável à sobrevivência das instituições e organizações e, conseqüentemente, para o

desenvolvimento sustentável dos territórios. Esse foi caso da Coreia do Sul. Porém, é importante destacar que nenhum território se desenvolve sem o direcionamento de políticas de desenvolvimento para esse fim.

CAPITAL CÍVICO E DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento também pode ser influenciado pelo exercício da cidadania e da democracia por meio da construção de outra forma de capital, o cívico (DRUCIAKI, 2017). De acordo com o autor, trata-se de um investimento social que inclui os membros da sociedade em geral, aos quais cabe o dever de repassar à comunidade valores como crenças, associativismo, etc., que representam a importância e o significado de suas ações no processo de desenvolvimento.

O capital cívico pode ser entendido como reflexo da preocupação das pessoas com assuntos públicos, caracterizado por uma estrutura social sustentada pela confiança e pela colaboração (PUTNAM, 1996). Sendo assim, quando uma comunidade agrega valores que promovam a cooperação, diz-se que essa comunidade desfruta de mais capital cívico, ou seja, de mais crenças e valores, atuais e futuros (DRUCIAKI, 2017). Nos regimes democráticos todo o indivíduo tem o direito de reivindicar de seus governantes, ações em prol do desenvolvimento de sua comunidade. Esse sentimento de pertencimento e de inconformismo está relacionado à noção de civismo.

Cidadãos de comunidades com alto nível de civismo exigem serviços públicos de qualidade, nem que para tanto precisem agir coletivamente para alcançar esses objetivos (DRUCIAKI, 2017). Esse associativismo por meio do qual os cidadãos buscam fazer valer seus interesses só é possível através do engajamento cívico de grupos de indivíduos, o que tende a elevar o potencial de desenvolvimento do local de pertencimento e de convívio dos envolvidos. Por outro lado, em regiões onde o capital cívico é depreciado há dificuldade de exercício da cidadania, favorecendo a difusão de comportamentos oportunistas, desfavoráveis ao amadurecimento de instituições participativas. Ou seja, contextos sociais onde as expectativas dos indivíduos sobre a conduta de outrem são negativas, podem se transformar em empecilho à mobilização política da sociedade civil.

Sendo assim, pessoas com elevado grau de censo cívico seriam as mais indicadas para se envolverem com assuntos públicos, uma vez que indivíduos com esse perfil estariam menos propensos a se envolverem com corrupção. Para estes, ser honesto é uma questão de honra e dignidade, pois entendem que os recursos públicos devem prioritariamente ser investidos em benefício da sociedade. Neste caso, a educação cívica quando eficaz, como bem destaca Druciaki (2017), é a principal geradora de conhecimento e de competências cívicas que os indivíduos carregam ao longo de suas vidas. Para estes, a ética pública é um “valor” imensurável.

É importante esclarecer, que por engajamento cívico entendem-se todas as ações realizadas pelo indivíduo em prol de um objetivo comum. Neste caso, o envolvimento com a política pode ser considerado uma das formas de mensurar o engajamento cívico, porém, não se pode afirmar que se limita exclusivamente a isso. Pois pode estar relacionado ao grupo de jovens, grupos de esporte e grupos culturais comunitários; pode também estar associado à grupos de igreja, associações de pais, associações de vizinhos, etc.; e, ainda, à

partidos políticos e grupos de trabalho (BERNARDO; JUNIOR, 2007). A participação voluntária em conselhos municipais e fóruns regionais dos mais diversos tipos não deixam de ser uma forma de engajamento cívico.

Diante do exposto, percebe-se que o desenvolvimento territorial estaria mais propenso a ocorrer nas comunidades cívicas, as quais contemplassem um significativo estoque de capital social historicamente constituído (DRUCIAKI, 2017). Todavia, é inegável que o indivíduo que participa em questões de interesse público tenha que acarretar com custos individuais, como é o caso de recursos financeiros, disponibilidade de tempo, entre outros. Nestas condições, o tempo livre e a capacidade de arcar com esses custos são fatores determinantes para o engajamento cívico. Porém, a expectativa de benefícios e de reconhecimento comunitário parece ser uma das justificativas para a disposição dos indivíduos para engajarem-se em atividades de interesse comum.

CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO

Outro elemento do desenvolvimento é o capital social, o qual se refere a um ativo coletivo de grupos que aparecem inseridos e conectados em uma dada estrutura social (PUTNAM, 2000), que segundo Willers (2016) compartilham valores e crenças que facilita a cooperação espontânea de seus atores, elevando cada vez mais o nível de confiança e, por conseguinte, o nível de cooperação. A autora ressalta que essa postura tende a favorecer o espírito cooperativo, gerando espaço para o trabalho em equipe, favorecendo a inovação e a aprendizagem coletiva.

Trata-se de um capital altamente intangível derivado exclusivamente das relações sociais, que pode gerar efeitos positivos sobre determinada sociedade. A noção de capital social está diretamente relacionada a um ambiente mais político e cooperativo, como governo, regime político, sistema judiciário, etc. (DRUCIAKI, 2017). Para o autor, o capital social pode ser analisado sob as seguintes condições: a) participação em associações; b) confiança; e c) ações coletivas. Essas condições favorecem a adoção de estratégias com vistas ao desenvolvimento sustentado.

O capital social reflete a cooperação entre aqueles que têm objetivos comuns, que por meio da troca de informação, da participação política e do associativismo, auferem vantagens que dificilmente seriam alcançadas em caso de atuação isolada. É importante lembrar, que esse capital reflete ainda a acumulação dos recursos reais e potenciais, originários da rede de relacionamento constituída pelos agentes que integram a comunidade social. As relações sociais estabelecidas entre grupos no interior de uma comunidade constituem-se o aspecto central dessa teoria. A confiança, as normas e redes de relacionamento são exemplos desse tipo de capital (RAIHER, 2017).

Dallabrida e Fernández (2007) ressaltam que a presença de um maior estoque de capital social em determinado espaço tem sido fundamental para a constituição de relações em rede, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento. Neste caso, os conselhos municipais de desenvolvimento, meio ambiente, saúde, educação, etc., os fóruns regionais de desenvolvimento econômico, as associações de municípios, formados por integrantes da sociedade civil com participação do poder público; as associações de produtores rurais, as associações comerciais, as associações comunitárias, entre outros, são exemplos de

organizações sociais que trabalham em prol dos interesses da comunidade. Para Druciaki (2017), o capital social possibilita a coordenação e a cooperação, facilitando o atingimento de objetivos de interesse comum de uma sociedade organizada.

Willers (2016) enumera os seguintes benefícios econômicos do capital social: a) maior facilidade de compartilhamento de informações e conhecimento; b) conformação de ambientes propícios ao empreendedorismo; c) melhor coordenação e coerência de ações, processos de tomada de decisão coletiva e maior estabilidade organizacional. De acordo com a autora, o fomento do capital social se constitui num eixo importante de desenvolvimento humano, modificando a estrutura econômica-social da localidade a partir de recursos endógenos. Neste contexto, a organização social se torna crucial para impulsionar o processo de desenvolvimento do território.

É importante esclarecer, que o capital social é um recurso cujo uso abre caminho para o estabelecimento de novas relações entre os habitantes de um determinado território ou região. Abramovay (2000) ressalta que o capital social pode ser usado uma espécie de garantia para as pessoas com dificuldade para acessar os mercados de créditos regulares. Os fundos de aval e as cooperativas de crédito são exemplos de organizações que, em substituição ao capital convencional (terrenos, imóveis e outros), servem de garantia para os agricultores que desejam acessar o sistema bancário.

Assim, pode-se dizer que o capital social é “a argamassa que liga as instituições entre si e as vincula ao cidadão, visando ao desenvolvimento da localidade. É compreendido como um fator endógeno com fortes ligações entre pessoas, comunidades e instituições” (LIMA FILHO, 2011, p. 142). É esse capital que distingue uma comunidade, no que diz respeito ao desempenho de seus membros, por estabelecer laços de confiança e reciprocidade que possibilitam a mobilização de indivíduos para ações coletivas (COLEMAN, 1990). Em fim, o capital social é uma configuração horizontal entre indivíduos, que visam estreitar suas relações em busca de solução para os problemas que afetam o cotidiano da coletividade, na perspectiva de promover e sustentar o desenvolvimento econômico e social da região ou território ao qual pertencem.

CAPITAL SINERGÉTICO E DESENVOLVIMENTO

Esse capital tem muito a ver com a noção de capital social. Sua definição deriva, como visto anteriormente, da ideia expressa no conceito de sinergia, a qual pode ser entendida como um catalizador para o desenvolvimento. Neste sentido, admite-se que cabe aos órgãos públicos, por meio de normas de cooperação e engajamento cívico, estabelecer a relação entre estado e sociedade, com o intuito de promover o desenvolvimento. Mas o grande desafio está em como constituir um sistema de cooperação público-privada de maneira sinérgica (ANDRADE, 2015).

Em síntese, pode-se dizer que o capital sinérgico nada mais é do que a capacidade de uma sociedade organizada espacialmente, de promover ações coletivas capazes de promover o desenvolvimento territorial por meio de consensos definidos democraticamente (DALLABRIDA, 2006). É interessante ressaltar que o capital sinérgico é passível de ser ampliado por meio de ações que visem articular o fluxo de conexões. Todavia, sem a

presença do Estado é pouco provável que o desenvolvimento ocorra, uma vez que a sinergia entre o Estado e a sociedade é indispensável (ANDRADE, 2015).

Mas como canalizar sinergias em prol do desenvolvimento territorial? Uma das formas, como já mencionada, seria por meio da intervenção do Estado, onde seu papel seria o de indutor e mobilizador de capital social e capital institucional, conectando os indivíduos às agências públicas, estabelecendo uma corrente sinérgica entre o Estado e a sociedade civil (ANDRADE, 2015).

Esta conexão de sinergia com vistas a objetivos comuns, com a participação da sociedade local, se apresentaria como uma força importante para a implementação de políticas de desenvolvimento sustentado para os territórios. Por exemplo: uma mobilização poderia ser feita entre a sociedade e o poder público de um dado município, no sentido de engajar sinergias para a elaboração de um plano de longo prazo para investimentos em infraestrutura urbana ou, da mesma forma, para melhorar os acessos aos bairros ou às comunidades do interior. Assim, os anseios da população municipal estariam convergindo com os interesses do poder público, no sentido de criar as sinergias necessárias para o desenvolvimento de projetos de longa duração.

Da mesma forma, ações semelhantes também poderiam ser desenvolvidas para dar sustentabilidade aos programas municipais de saúde da família, da comunidade idosa, criança e adolescente, meio ambiente, habitação, esporte e lazer, entre outros. Nesses termos, como bem destaca Dallabrida (2006), essa sinergia cognitiva entre os atores (sociedade civil e poder público) poderia elevar a capacidade coletiva de realizar ações em prol de mudanças de uma realidade que não estivesse de acordo com os anseios da sociedade. Este seria o caso de um aumento das taxas de evasão escolar, por exemplo.

Neste contexto, é importante salientar a importância da manutenção de um espírito cooperativo (Estado e sociedade civil), pois só dessa maneira estaria garantida a sinergia necessária para a manutenção das políticas de interesse comum. Todavia, é bom ressaltar que assumir o conceito de capital sinérgico implica alinhar-se a uma concepção teórica a qual admite que o desenvolvimento possui uma dimensão intangível, subjetiva e valorativa (DALLABRIDA; FERNÁNDEZ, 2007). Da mesma forma, é aceitar a ideia de que se trata de um capital de difícil mensuração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo discutiu a importância dos capitais intangíveis no processo de desenvolvimento dos territórios. O desenvolvimento socioeconômico está intrinsecamente relacionado à presença de capitais intangíveis no território, quais sejam: capital institucional, capital humano, capital cívico, capital social e capital sinérgico. A sinergia entre esses capitais parece influenciar positivamente na dinâmica do desenvolvimento sustentado, possibilitando explicar o porquê de algumas regiões serem mais desenvolvidas do que outras.

Esses capitais tem origem no próprio território, ou seja, são endógenos a ele, se constituindo em um diferencial importante para seu desenvolvimento. As características de cooperação, integração, conexão, associação, entre outros, são algumas das peculiaridades inerentes a esses capitais. Nesse sentido, e com base na literatura sobre o tema, parece

haver evidências claras de uma estreita relação entre os capitais intangíveis e vantagem competitiva dos territórios e regiões.

A possibilidade de se analisar a dinâmica desses ativos ao longo do tempo é de fundamental importância para entender o processo de desenvolvimento territorial, permitindo que intervenções públicas sejam feitas, especialmente em regiões com escassez de recursos intangíveis, ou naquelas em que esses ativos vêm perdendo dinamismo. É importante ressaltar, que não é apenas a quantidade de capitais intangíveis que exerce efeito sobre o dinamismo socioeconômico territorial ou regional, mas também as crescentes melhorias na sua qualidade.

Uma questão emblemática em estudos dessa natureza reside em como mensurar os recursos intangíveis, pois este tipo de estudo exige informações de ordem qualitativa, obtidas junto a uma parcela da população por meio de entrevistas ou de aplicação de questionários. Todavia, algumas leituras feitas durante a realização desse trabalho permitiram observar que as metodologias que visam mensurar o desenvolvimento territorial por meio de recursos intangíveis são muito específicas para cada caso, pois dificilmente poderão ser aplicadas em regiões com grandes dimensões geográficas.

Outra limitação está relacionada à coleta de dados, pois como se tratam de informações que muitas vezes não são encontradas em bancos de dados públicos, e tendo em vista que esses estudos são essencialmente qualitativos, em alguns casos o pesquisador precisa se deslocar várias vezes para realizar as entrevistas, o que eleva o custo do projeto. Da mesma forma, quando usada a técnica de coleta de dados por meio de questionários, muitos agentes não respondem ou respondem parcialmente as indagações, dificultando uma análise mais apurada dos resultados.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. "Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo". Texto para Discussão nº 702. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- ANDRADE, C. C. Análise dos capitais intangíveis no processo de desenvolvimento da incubadora de base tecnológica: o caso da incubadora de base tecnológica de Itajubá - MG. 2015. 103 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade. Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2015.
- BARUCH, L. Intangibles: management, measurement and reporting. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2000.
- BERNARDO, A. J.; JUNIOR, L. R. Confiança interpessoal engajamento cívico: uma análise correlacional. Juiz de Fora/MG: Psicologia em Pesquisa, UFJF, v. 1, n. 2, p. 54-66, jul/dez. 2007.
- BOISIER, S. Conversaciones sociales y desarrollo regional: potenciación del capital sinérgico y creación de sinérgia cognitiva en una región (Región del Maule, Chile). Talca: Universidad de Talca, 2000.

_____. El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinérgico. Revista Brasileira de estudos urbanos e regionais. Curso Internacional Ciudad Futura II, Rosario, Plan Estratégico Rosario, may. 1999.

_____. El difícil arte de hacer región. Cusco: Centro de Estudios Regionales Andinos, 1992.

_____. Imágenes en el espejo: Aportes a la discusión sobre crecimiento y desarrollo territorial. Editorial Puerto de Palos. Santiago de Chile, 2006.

BRUNET, R. Territoire. In: BRUNET, R., FERRAS, R., THÉRY, H. (Orgs). Les Mots de la Géographie – Dictionnaire critique. Paris: Reclus La Documentation Française, p. 480-481, 2003.

CASSIOLATO, J. E. A economia do conhecimento e as novas políticas industriais e tecnológicas. Informação e globalização na era do conhecimento. Rio de Janeiro: Campus, p. 164-190, 1999.

COLEMAN, J. S. Foundations of social theory. Cambridge, Harvard University Press, 1990.

DALLABRIDA, V. R. “A dimensão intangível do desenvolvimento: algumas reflexões preliminares”. In: BAQUERO, M.; CREMONESE, D. (Orgs.). Capital social: teoria e prática. Ed. UNIJUÍ, Ijuí, p. 88-109, 2006.

DALLABRIDA, V. R.; FERNÁNDEZ; V. R. Redes institucionais de apoio ao desenvolvimento territorial: estudo de caso a partir da análise de dinâmica territorial de desenvolvimento de um âmbito espacial periférico (Sarandi/RS/Brasil). Bogotá: Revista Territórios, p. 225-248, 2007.

DRUCIANKI, F. P. Desenvolvimento territorial: conceito e elementos. In: BIDARRA, B. S.; VOLL, F. A. P.; FERRERA DE LIMA, J. (Orgs.). Economia & Desenvolvimento Territorial. Foz do Iguaçu/PR: Parque Itaipu, 2017.

FERRERA DE LIMA, J. O crescimento econômico territorial. In: BIDARRA, B. S.; VOLL, F. A. P.; FERRERA DE LIMA, J. (Orgs.). Economia & Desenvolvimento Territorial. Foz do Iguaçu/PR: Parque Itaipu, 2017.

GRIEBELER, M. P. D. Capital humano. In: GRIEBELER, M. P. D.; RIEDL, M. Dicionário de Desenvolvimento Regional e Temas Correlatos. Porto Alegre: Conceito, 2017.

HADDAD, P. R. Capitais intangíveis e desenvolvimento regional. Revista de Economia, v. 35, n. 3, p. 119-146, set./dez. 2009.

LIMA FILHO, S. C. de. Capital social e desenvolvimento sustentável: a experiência de Campo do Brito/SE. Documentos Técnico-Científicos, v. 42, n. 1, p. 139-163, jan./mar. 2011.

MIKHAILOVA I. Sustentabilidade: evolução dos conceitos teóricos e os problemas da mensuração prática. Revista Economia e Desenvolvimento, n. 16, p. 22-41, 2004.

PIACENTI, C. A. O desenvolvimento endógeno das regiões. In: PIACENTI, C. A.; FERRERA DE LIMA, J.; EBERHARDT, P. H. C. (Orgs.). Economia & Desenvolvimento Regional. Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, 2016.

PIERUCCINI, M. A.; CORRÊA, W. K. Território, economia e análise geográfica. In: BIDARRA, B. S.; VOLL, F. A. P.; FERRERA DE LIMA, J. (Orgs.). Economia & Desenvolvimento Territorial. Foz do Iguaçu/PR: Parque Itaipu, 2017.

PUTNAM, R. Bowling alone. The collapse and revival of American community. New York, Simon & Schuster, 2000.

_____. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. The prosperous community: social capital and public life. The American Prospect, n. 13, p. 35-42, Spring, 1993.

RAIHER, A. P. Desenvolvimento territorial: uma proposta metodológica. In: BIDARRA, B. S.; VOLL, F. A. P.; FERRERA DE LIMA, J. (Orgs.). Economia & Desenvolvimento Territorial. Foz do Iguaçu/PR: Parque Itaipu, 2017.

ROCHA, J. D. Importância do capital institucional na sustentabilidade do desenvolvimento territorial. Revista Sustentabilidade em Debate. 2010.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início de século XXI. São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A de.; SILVEIRA, M. L. (Orgs). Território, globalização e fragmentação. São Paulo: Editora HUCITEC - ANPUR, 1998.

SILVEIRA, R. L. L. da. Território. In: GRIEBELER, M. P. D.; RIEDL, M. (Orgs). Dicionário de Desenvolvimento Regional e Temas Correlatos. Porto Alegre: Conceito, 2017.

WILLERS, E. M. Estratégia de desenvolvimento econômico: do regional ao local. In: PIACENTI, C. A.; FERRERA DE LIMA, J.; EBERHARDT, P. H. C. (Orgs.). Economia Regional & Desenvolvimento Regional. Foz do Iguaçu/PR: Parque Itaipu, 2016.